

INOVAÇÃO E CO-CRIAÇÃO: REVISÃO DA LITERATURA E PROPOSTA DE AGENDA DE PESQUISA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Suelen Aparecida de Souza
Dany Flávio Tonelli

Resumo

A inovação no setor público se apresenta como uma resposta viável à crescente complexidade das demandas sociais e da prática democrática. Marcado por aspectos burocráticos, o setor público tem vivenciado diversas experiências práticas na implementação de inovação nas mais diversas áreas. Entretanto, ao se analisar o contexto teórico, verifica-se um descompasso entre teoria e prática. A partir da identificação dessa lacuna de pesquisa, esse estudo busca responder a seguinte questão: as publicações científicas acerca de inovação e de co-criação podem contribuir para a compreensão sobre inovação no âmbito da Administração Pública? Buscando elucidar tal questão foi definido como objetivo geral analisar as publicações científicas sobre inovação e co-criação, com enfoque ao contexto da administração pública. Para alcançar tal objetivo, foram definidos como objetivos específicos 1) conhecer o nível de maturidade das publicações sobre co-criação e inovação; (2) analisar a incidência de publicações voltadas a co-criação e inovação no âmbito da administração pública; (3) propor uma agenda de pesquisa de desenvolvimento da teoria de inovação no setor público com base no conceito de co-criação. Esse estudo trata-se de uma revisão sistemática da literatura onde elegeu-se a base *Web of Science*[®] para a realização da pesquisa. Dentre as conclusões obtidas nesse estudo, destaca-se o fato de que os conceitos de inovação e co-criação ainda não encontraram a sua clareza conceitual. Embora se identifique diversas práticas inovadoras e co-criadas no contexto público, as publicações científicas no campo ainda são incipientes, sendo que somente vinte e um estudos foram identificados. Dessa forma, evidencia-se a existência de um descompasso entre a prática e o contexto teórico, ressaltando a necessidade de mais estudos voltados a análise da inovação e da co-criação no contexto público, contemplando todas as particularidades e limitações presentes no setor. Assim, busca-se contribuir para o aprofundamento teórico dessa temática no contexto público através de uma proposta de agenda de pesquisa futura.

Palavras-chave: Inovação. Co-criação. Administração Pública.

1 INTRODUÇÃO

A inovação no setor público pode ser entendida como uma resposta viável a crescente complexidade existente na relação entre os diferentes atores da esfera pública, sendo uma temática que tem crescido nos últimos anos. Tal cenário pode ser percebido através de diversas práticas inovadoras desenvolvidas ao redor do mundo, como meio de promover mais efetividade na elaboração de políticas públicas e na geração de valor para o cidadão (BASON, 2010). Percebendo a relevância e os benefícios da inovação no setor público, o Brasil tem desenvolvido estratégias que visam incentivar, disseminar e premiar ações inovadoras. Como exemplos dessas iniciativas, destacam-se o concurso Inovação da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e outras ações desenvolvidas pelo Ministério da Justiça (MJ) em parceria com agências internacionais privadas (BRASIL, 2015). Inovações como essas permitem a conexão de mundos aparentemente distantes,

tais como agências governamentais, programadores independentes, usuários de serviços públicos, universidades, dentre outros atores.

A inovação no contexto governamental configura-se como uma fonte de geração de valor público (BASON, 2010). Entretanto, para alcançar tal objetivo é preciso que o “público” esteja envolvido. Assim, a co-criação atua como mediadora desse envolvimento, rompendo as barreiras individuais para incorporar outros atores no processo de geração de inovação. A co-criação envolve a interação e troca de experiências entre cidadãos, governo e demais partes interessadas (MARTINEZ, 2015), visando a concepção conjunta de “novos serviços, produtos e infra-estruturas sociais” (BIFULCO; TREGUA; AMITRANO, 2017, P. 23). Dessa forma, permite que o cidadão, antes visto apenas como mero expectador, se torne membro atuante na formulação de políticas públicas mais assertivas e com maior valor percebido.

Embora se observe um crescimento da prática de inovação no setor público, esse movimento não é acompanhado pelo desenvolvimento teórico, visto que, embora haja um número crescente de publicações que tratam de inovação, há poucos estudos voltados ao contexto público. Com o intuito de preencher essa lacuna de pesquisa, esse estudo tem como finalidade responder a seguinte questão: as publicações científicas acerca de inovação e de co-criação podem contribuir para a compreensão sobre inovação no âmbito da Administração Pública? Buscando elucidar tal questão foi definido como objetivo geral analisar as publicações científicas sobre inovação e co-criação, com enfoque ao contexto da administração pública. Para alcançar tal objetivo, foram definidos como objetivos específicos 1) conhecer o nível de maturidade das publicações sobre co-criação e inovação; (2) analisar a incidência de publicações voltadas a co-criação e inovação no âmbito da administração pública; (3) propor uma agenda de pesquisa de desenvolvimento da teoria de inovação no setor público com base no conceito de co-criação. Elegu-se a base *Web of Science*[®] para a realização da pesquisa. A seguir é apresentado os processos metodológicos adotados para a realização do estudo. O capítulo 3 apresenta a análise e discussão dos resultados, sendo esse estudo finalizado com a apresentação da proposta de agenda de pesquisa, as considerações finais e as limitações da pesquisa.

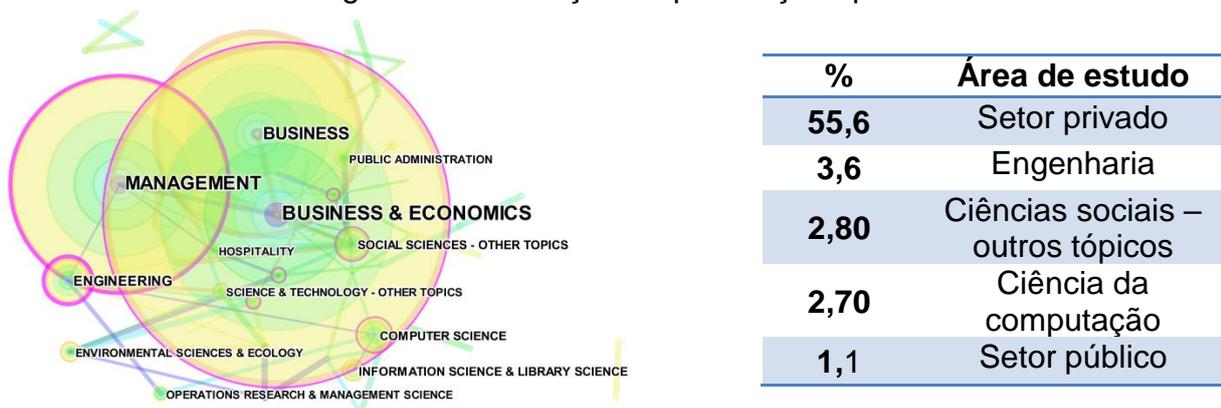
2 METODOLOGIA

Esse estudo configura-se como uma revisão sistemática de literatura, que consiste em “uma revisão abrangente da literatura que difere de uma revisão literária tradicional na medida em que é conduzida de maneira metódica (ou sistemática), de acordo com um protocolo pré-especificado para minimizar o viés, com o objetivo de sintetizar as informações recuperadas” (DEMPSTER, 2011, p.15). Trata-se de um método que requer rigor metodológico e deve ter transparência suficiente para ser replicado por outros autores (CRD, 2001). Permite ainda que os dados sejam obtidos através de diversas fontes de busca tais como bancos de dados eletrônicos, pesquisa de citações e busca manual de periódicos (CRD, 2001).

A pesquisa foi realizada em 19 de fevereiro 2018, através da base *Web of Science*[®], escolhida pelo fato de indexar mais de 20.000 periódicos, sendo uma base bastante utilizada no meio acadêmico, de modo a garantir a qualidade dos dados obtidos, uma vez que todos os artigos passam por revisão por pares. Para obtenção da amostra foram utilizados os termos de busca “co-creation” e “innovation”, gerando 1.026 resultados. Foram utilizados filtros visando encontrar os artigos de interesse do estudo, sendo eles: filtro por ano (2012 e 2018) gerando 904 resultados e o filtro por tipo de

Através da figura 2, que apresenta as áreas de estudos da amostra pesquisada, evidencia-se a predominância de estudos voltados ao setor privado (55,6%), seguido pela área de Engenharia, com 3,6% de ocorrências. Também se verifica a deficiência de estudo sobre inovação e co-criação com foco no setor público, sendo identificados apenas 21 artigos, ou seja, apenas 1,1% da amostra total.

Figura 2: Distribuição de publicações por área



Fonte: Elaborado pela autora.

Hartley (2010, p.33) corrobora com tal evidência ao destacar que há poucas pesquisas voltadas a inovação no setor público, tendo como consequência, uma “dependência excessiva da literatura derivada do setor privado”. Nesse sentido, é necessário maior aprofundamento na compreensão da inovação no contexto do setor público, que contemple suas particularidades e limitações, visto que o contexto em que a inovação está inserida influenciará os processos e os resultados, assim como a disponibilidade de recursos e as estratégias organizacionais (HARTLEY; 2010).

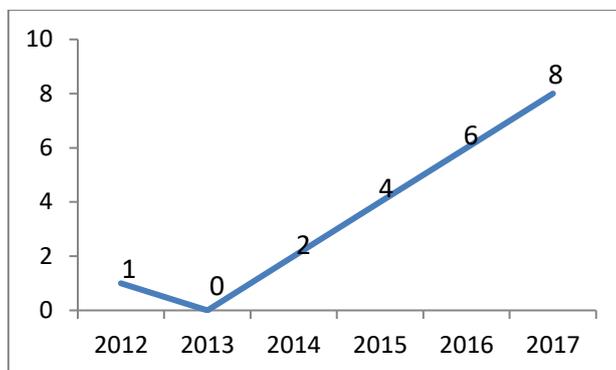
Em relação aos periódicos que mais publicam o tema, destacam-se o Journal of Marketing, seguido de Journal of the Academy of Marketing Science, Harvard Business Review, Journal of Business Research e Journal of Product Innovation Management. Tais periódicos são voltados a discussão de temas ligados a administração privada, reforçando a predominância da discussão da inovação e da co-criação no contexto privado.

A referência mais utilizada foi elaborada por Vargo e Lusch (2004) intitulada “Evolving to a new dominant logic for marketing”, com 197 ocorrências, seguida do artigo “Co-creation experiences: the next practice in value creation” elaborada por Phahalad e Ramaswamy (2004), com 143 ocorrências. A terceira referência que também merece destaque foi escrita por Payne, Storbacka e Frow (2008), com 136 citações. Tais artigos tratam da co-criação de valor e são voltados à discussão da temática no âmbito do setor privado. Na visão dos autores, o valor é gerado conjuntamente pela interação entre empresa, comunidade e consumidores, onde o cliente tem um papel central nesse processo (VARGO; LUSCH; 2004; PHAHALAD; RAMASWAMY; 2004; PAYNE; STORBACKA; FROW; 2008). Nesse sentido, verifica-se uma mudança no foco da lógica dominante que sai dos recursos tangíveis e passa para os recursos intangíveis, para a co-criação e para os relacionamentos (VARGO; LUSCH, 2004).

3.2 Inovação e co-criação no setor público

Assim como no cenário geral analisado acima, as publicações sobre inovação e co-criação voltadas ao setor público, apresentam um comportamento ascendente, tal como demonstrado na figura 3.

Figura 3: Evolução do volume de publicações na área de Administração Pública



Fonte: Elaborado pela autora.

Tal como destaca Bason (2010), a inovação no setor público não é algo novo visto que existem diversos casos de sucesso em sua implementação em diversos países do mundo, entretanto, verifica-se que a proporção de estudos que aplicam os conceitos de inovação e de co-criação na administração pública é muito pequena diante do número de artigos onde se discute o assunto, conforme resultados obtidos na *Web of Science*[®]. Embora já se perceba um aumento na quantidade de publicações em relação à inovação e à co-criação no setor público, verifica-se que, até o momento, não há um autor que se destaque nessa área, entretanto, algumas referências utilizadas merecem destaque pela quantidade de ocorrências. A figura 4 apresenta as cinco referências mais citadas.

Figura 4: Referências mais citadas

N	FREQ	AUTOR(ES)	ANO	TÍTULO
1	6	VARGO, Stephen L.; LUSCH, Robert F.	2004	Evolving to a new dominant logic for marketing
2	4	BASON, Christian	2010	Leading public sector innovation: co-creating for a better society
3	4	VON HIPPEL, Eric	2005	Democratizing innovation
4	4	PAYNE, Adrian F.; STORBACKA, Kaj; FROW, Pennie	2008	Managing the co-creation of value
5	3	HARTLEY, Jean	2005	Innovation in governance and public services: past and present

Fonte: Elaborado pela autora.

Verifica-se que das cinco referências mais citadas, três são voltadas ao setor privado (VARGO; LUSCH, 2004; VON HIPPEL, 2005; PAYNE; STORBACKA; FROW, 2008), evidenciando o fato de que, parte das publicações científicas do setor público, ainda se baseiam na literatura voltada ao setor privado (HARTLEY, 2010).

A inovação e a co-criação foram analisadas predominantemente através de estudos qualitativos, correspondendo a 66,7% da amostra. Os estudos quantitativos corresponderam a 23,8% e foram identificados apenas 9,5% de artigos com abordagem

mista. Constata-se que a abordagem qualitativa é predominante ao se estudar as práticas de co-criação (VOORBERG; BEKKER; TUMMERS, 2015) e inovação no setor público. Os estudos de caso foram destaque entre as estratégias de pesquisa qualitativa, evidenciando a preocupação com análises de casos práticos em detrimento da discussão teórica.

A inovação e a co-criação foram estudadas nos mais diversos contextos, onde destacam as áreas de serviços públicos, meio ambiente/sustentabilidade e governança. A maioria dos autores abordou a inovação de forma subjetiva e contextual (FARR, 2016; HIGDEM, 2014; MALHOTRA; MAJCHRZAK; NIEMIEC, 2017; TAHERI; VAN GEENHUIZEN, 2016; GUIMON; PARASKEVOPOULOU, 2017; KOLK, 2015), ou como o produto gerado pelo processo de co-criação (TRENCHER et. al., 2014; TRISCHLER; SCOTT, 2016). Uma quantidade pequena de artigos apresentou de forma clara a sua definição, tal como Bason (2010), Hartley (2010) que entendem a inovação no setor público como a inserção de novas ideias e práticas que geram valor para a sociedade. Crosby; 'T Hart e Torfing (2017, p. 3), complementam tal conceituação ao afirmar que a inovação “consiste em abraçar novas formas de pensar sobre problemas e soluções e fazer coisas novas de novas maneiras”. Está relacionado a quebra de paradigmas tipicamente burocráticos, para adoção de novas práticas e novas abordagens capazes de promover maior eficiência e eficácia no desempenho da administração pública, gerando valor público para a sociedade.

Outros autores abordaram a inovação social (VOORBERG; BEKKERS; TUMMERS, 2015; MERICKOVA; NEMEC; SVIDRONOVA, 2015; BUGGE et. al., 2017; VOORBERG et. al., 2017), entendendo a mesma como a busca por “moldar” os serviços públicos às necessidades da sociedade, através da participação, interação e colaboração de diferentes atores e partes interessadas. Já a inovação colaborativa foi abordada por Crosby, 'T Hart e Torfing (2017) e Bifulco, Tregua e Amitrano (2017) e consiste em aproveitar a criatividade dos envolvidos no processo para geração de inovação (BIFULCO; TREGUA; AMITRANO, 2017), se assemelhando a inovação aberta, ao favorecer a interação entre partes de diferentes campos (CROSBY; 'T HART; TORFING, 2017). A inovação de serviços públicos (MAHR; LIEVENS, 2012; TRISCHLER; SCOTT, 2016; FARR, 2016; BIFULCO; TREGUA; AMITRANO, 2017) e a inovação de governança (HIGDEM, 2014; BIFULCO; TREGUA; AMITRANO, 2017; CROSBY; 'T HART; TORFING, 2017) foram os tipos mais presentes entre os autores.

A concepção de uma definição que compreenda toda a complexidade da co-criação no contexto do setor público, ainda apresenta-se como um desafio a ser superado, visto que, embora haja um crescente número de publicações na área, o conceito ainda não é plenamente compreendido. Em alguns casos, o conceito de co-criação é tratado de forma implícita não sendo apresentado uma definição clara para o tema (HIGDEM, 2014; KOLK, 2015; GRIMSHAW; BURGESS, 2014; MALHOTRA; MAJCHRZAK; NIEMIEC, 2017; BIFULCO; TREGUA; AMITRANO, 2017; TRENCHER et. al., 2014; GUIMON; PARASKEVOPOULOU, 2017; MAHR; LIEVENS, 2012). Outros autores compreendem a co-criação como fonte de inovação através do compartilhamento de conhecimento presente nas interações entre os diferentes atores (GAVA et. al., 2017; CROSBY; 'T HART; TORFING, 2017; MARTINEZ, 2015).

Em outros casos, a co-criação e a co-produção são tratadas como conceitos “intercambiáveis” (VOORBERG; BEKKERS; TUMMERS, 2015; GEBAUER, JONHSON; ENQUIST, 2010) ou até mesmo complementares (VILJAKAINEN; TOIVONEN, 2014). Entretanto, embora sejam conceitos que estão relacionados, possuem diferenças relevantes que não podem ser desconsideradas. Segundo Osborne (2018) há uma clara

distinção entre co-criação e co-produção. Para o autor, a co-produção é um processo onde a organização prestadora de serviço possui um papel dominante, ficando responsável por possibilitar a geração de valor pelo consumidor/cidadão. Tal geração de valor será alcançada através da utilização de tais serviços e a percepção do cliente em relação ao seu valor. Ainda segundo o autor, “a co-criação assume uma relação interativa e dinâmica onde o valor é criado nonexo de interação” (OSBORNE, 2018, p. 2). Assim, uma diferença relevante entre os dois conceitos está relacionada a forma como acontece a geração de valor, visto que na co-produção o processo fica a cargo única e exclusivamente do usuário e na co-criação esse processo é construído coletivamente através da interação entre os diferentes atores.

Dentre as barreiras e limitações encontradas na prática da inovação no setor público, destacam-se os entraves burocráticos, as diferentes percepções do valor a ser gerado, resistência a falhas, resistência dos políticos, dificuldades na mobilização social, baixa participação cívica e o distanciamento entre os cidadãos e governo (BASON, 2010; HARTLEY, 2010; SALOMA; MANGASER; HIDALGO, 2016).

Na visão de Voorberg, Bekkers e Tummers (2015), a relutância política e profissional em apoiar a co-criação está relacionada ao medo de perder o status e o controle. Dessa forma, a insegurança dos profissionais e líderes políticos configura-se como uma barreira a prática da co-criação. Já Hartley (2010, p. 30) afirma que a dominação política e profissional da inovação, coloca os cidadãos na posição de clientes, deixando-os com pouca opinião sobre os serviços públicos. Nesse sentido, os próprios cidadãos podem se apresentar como uma barreira a inovação e a co-criação em decorrência de sua alienação política. Outro fator relevante destacado pela autora, refere-se a forma como o fracasso de uma inovação é percebido pelos atores envolvidos e pela população de modo geral. Inovações sem sucesso geram grandes transtornos ao poder público. A cautela dos políticos em apoiar a inovação, uma vez que serão responsabilizados por eventuais fracassos, e o posicionamento da mídia frente a esses fracassos, que podem de certa maneira, exagerar na exposição desse cenário, são algumas das consequências presente.

A ausência de fundos governamentais voltados a pesquisas que promovam a co-criação visando a identificação das necessidades locais podem ser um fator limitante a prática de co-criação (TRENCHER ET. AL, 2014). Na visão de Merickova, Nemeč e Svidronova (2015) há um interesse muito limitado dos municípios em participar de atividades propostas e desenhadas por outros parceiros/atores. Ressaltam ainda que o processo de co-criação pode sofrer influências negativas em virtude dos valores e princípios dos políticos locais e o tipo e as tradições de governança presentes, devido ao fato da co-criação não ser percebida como um processo que gera inovação e progresso, mas sim como um “fardo”. Nesse sentido, acreditam que mudanças conceituais significativas devem acontecer, onde os cidadãos precisam aceitar o seu papel como membros ativos e não apenas como passivos dos serviços públicos e os políticos e burocratas devem se posicionar como decisores políticos que atuam em instituições focadas nas necessidades e demandas dos cidadãos visando o bem comum e compreendendo o valor da co-criação com os cidadãos.

Também foi verificado que o processo de inovação é fortemente impactado pelas lideranças. Nesse sentido, Crosby, T Hart e Torfing (2017) afirmam que o investimento em educação e reciclagem de gestores públicos para a prática da inovação colaborativa pode ser uma forma de otimização da resolução de problemas complexos. Além disso, as tradições estatais e de governança podem impactar tanto positiva quanto negativamente a co-criação no setor público (VOORBERG et. al., 2017).

4 PROPOSTA DE AGENDA DE PESQUISA

A partir dos resultados obtidos, verifica-se que embora alguns autores tenham abordado os temas discutidos nesse estudo com foco no setor público, o conceito ainda é tratado de forma insuficiente. É premente a necessidade de realização de mais estudos voltados à discussão conceitual da inovação e da co-criação considerando as diferentes nuances presentes na Administração Pública. Dada a compreensão ainda incipiente do tema, uma parte considerável dos estudos analisados, utilizam como referencial teórico, a literatura voltada a administração privada (HARTLEY, 2010). A importância de um maior aprofundamento na compreensão da inovação e da co-criação no contexto público, justifica-se dada as diferenças cruciais existentes entre o setor público e privado. Nesse sentido, tomar como base a literatura voltada ao setor privado, pode impactar negativamente o desenvolvimento da temática na área por desconsiderar aspectos relevantes e particulares do contexto público, bem como suas limitações.

O desenvolvimento de trabalhos voltados a essa temática no contexto brasileiro, é um fator que merece destaque devido a insuficiência demonstrada pelo estudo. A melhor compreensão de como tais conceitos se comportam no cenário brasileiro é fundamental, pois existem particularidades que não podem ser desconsideradas, além da necessidade eminente de se compreender conceitualmente, práticas de inovação e co-criação que estão acontecendo em diversas instâncias.

Foi identificada ainda, uma lacuna de pesquisa em termos de estudos de abordagem quantitativa e mista, demonstrando ser um campo ainda pouco explorado, tal como destacam Voorberg, Bekkers, Tummers (2015). Dessa forma, o desenvolvimento de pesquisas que visem analisar de forma quantitativa e mista as práticas de inovação e co-criação são contribuições importantes para a compreensão desses conceitos.

Além disso, a compreensão dos benefícios gerados pela co-criação pode contribuir para aumento do engajamento dos cidadãos nos assuntos públicos. Tal como destacado por Voorberg, Bekkers e Tummers (2015) a maioria dos estudos voltados a co-criação concentram-se na identificação de fatores influentes, sendo dada pouca atenção aos resultados gerados. Nesse sentido, a realização de estudos voltados a mensuração dos resultados gerados a partir da co-criação, se faz necessário para que o público se sinta motivado a se envolver nesses processos e a cobrar do poder público o aumento dessas ações. Também poderá contribuir para uma maior conscientização e preparação do poder público para a implementação de tais práticas, quebrando a visão da inovação e de práticas co-criativas como um “fardo”. Tais estudos poderão contribuir para a ocorrência das mudanças propostas por Merickova, Nemec e Svidronova (2015).

Portanto, percebe-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido em relação a plena compreensão da inovação e da co-criação no contexto do setor público, sendo que esses conceitos ainda não encontraram a clareza conceitual necessária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo buscou apresentar um panorama geral das publicações voltadas a inovação e co-criação, visando demonstrar a maturidade das publicações voltadas ao contexto público. Dessa forma, verifica-se que os conceitos de inovação e co-criação aplicados à administração pública ainda não alcançaram a clareza teórica necessária para o seu profundo entendimento. Tal cenário foi percebido a partir das análises realizadas nesse estudo, que demonstraram que poucos autores apresentam uma conceituação

clara sobre o tema. Esse cenário pode ser explicado pela produção científica mundial ainda limitada, o que dificulta a efetiva compreensão desses conceitos além do fato de que alguns estudos publicados na área se baseiam na literatura voltada ao setor privado. Outro fator que merece destaque refere-se a amplitude de aplicações dos conceitos estudados, contribuindo para a dificuldade conceitual, visto que tais conceitos adotam diferentes perspectivas de acordo com o cenário estudado.

A ampliação do entendimento dessa temática, abre novas possibilidades no setor público, tal como a possibilidade de crescimento no envolvimento do cidadão nos assuntos públicos, bem como na geração de políticas públicas mais assertivas e na criação de valor público.

O presente artigo apresenta algumas limitações. O estudo foi elaborado partindo da busca dos termos “co-criação e inovação”. Embora um esforço tenha sido feito para encontrar o máximo de artigos possíveis, é possível que uma busca por outros termos ou variações possa alcançar maior volume amostral, possibilitando a generalização dos resultados obtidos. A escolha da base de pesquisa pode ter contribuído para a exclusão de trabalhos relevantes para essa análise, bem como a utilização de artigos apenas na língua inglesa podem ter limitado o alcance de estudos nacionais. A quantidade limitada de estudo focados na administração pública configurou-se como um desafio, dada a dificuldade de ir direto ao campo de interesse desse estudo.

REFERÊNCIAS

BASON, Christian. **Leading Public Sector innovation: co-creating for a better society**. Policy Press, 2010.

BIFULCO, F.; TREGUA, M.; AMITRANO, C. C. **Co-governing smart cities through living labs: top evidences from EU**. *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, n. 50E, p. 21-37, Feb 2017. ISSN 1842-2845. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000397181700002 >.

BRANDÃO, S.; BRUNO-FARIA, M. Inovação no Setor Público: análise da produção científica em periódicos nacionais e internacionais da área de administração. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 1, p. 227-248, 2013.

BRASIL. Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. Disponível em: <<https://inovacao.enap.gov.br/20-concurso/>> Acesso em: 26 jul. 2017.

BUGGE, M. et al. Governing system innovation: assisted living experiments in the UK and Norway. **European Planning Studies**, v. 25, n. 12, p. 2138-2156, 2017. ISSN 0965-4313. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000413853800002 >.

CROSBY, B. C.; T HART, P.; TORFING, J. **Public value creation through collaborative innovation**. *Public Management Review*, v. 19, n. 5, p. 655-669, 2017. ISSN 1471-9037. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000396827200005 >.

Centre for Reviews and Dissemination. **Systematic Reviews: CRD's guidance for undertaking systematic reviews in health care**, University of York, 2009. Disponível em: https://www.york.ac.uk/media/crd/Systematic_Reviews.pdf.

DEMPSTER, M. A research guide for health and clinical psychology. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2011

FARR, M. **Co-production and value co-creation in outcome-based contracting in public services**. Public Management Review, v. 18, n. 5, p. 654-672, May 2016. ISSN 1471-9037. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000372108100002 >.

GAVA, O. et al. Knowledge networks and their role in shaping the relations within the Agricultural Knowledge and Innovation System in the agroenergy sector. The case of biogas in Tuscany (Italy). **Journal of Rural Studies**, v. 56, p. 100-113, Nov 2017. ISSN 0743-0167. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000414883200010 >.

GEBAUER, H.; M. JOHNSON; ENQUIST, B. 2010. **Value Co-Creation as a Determinant of Success in Public Transport Services: A Study of the Swiss Federal Railway Operator (SBB)**. Managing Service Quality 20(6): 511–530. Doi: 10.1108/09604521011092866

GUIMON, J.; PARASKEVOPOULOU, E. Factors shaping the international knowledge connectivity of industrial clusters: a comparative study of two Latin American cases. **Entrepreneurship and Regional Development**, v. 29, n. 9-10, p. 817-846, 2017. ISSN 0898-5626. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000416553600001 >.

GRIMSHAW, P.; BURGESS, T. F. The emergence of 'zygotics': Using science fiction to examine the future of design prototyping. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 84, p. 5-14, May 2014. ISSN 0040-1625. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000336011800002 >.

HARTLEY, Jean (2005). **Innovation in Governance and Public Services: Past and Present**, Public Money & Management, 25:1, 27-34

HIGDEM, U. **The co-creation of regional futures: Facilitating action research in regional foresight**. Futures, v. 57, p. 41-50, Mar 2014. ISSN 0016-3287. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000335288800004 >.

HUGUENIN, A.; JEANNERAT, H. **Creating change through pilot and demonstration projects: Towards a valuation policy approach**. Research Policy, v. 46, n. 3, p. 624-635, Apr 2017. ISSN 0048-7333. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000395613400009 >.

KOLK, A. **The role of international business in clean technology transfer and development**. Climate Policy, v. 15, n. 1, p. 170-176, Jan 2015. ISSN 1469-3062. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000346850000010 >.

LIMA, D. H.; VARGAS, E. R. D. Estudos internacionais sobre inovação no Setor Público: como a teoria da inovação em serviços pode contribuir? **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 2, p. 385-401, 2012.

MAHR, D.; LIEVENS, A. **Virtual lead user communities: drivers of knowledge creation for innovation.** *Research Policy*, v. 41, n. 1, p. 167-177, feb 2012. ISSN 0048-7333. Disponível em: <Go to WoS>://WOS:000298909700013>

MALHOTRA, A.; MAJCHRZAK, A.; NIEMIEC, R. M. **Using public crowds for open strategy formulation: mitigating the risks of knowledge gaps.** *Long Range Planning*, v. 50, n. 3, p. 397-410, Jun 2017. ISSN 0024-6301.

MARTINEZ, M. G. **Solver engagement in knowledge sharing in crowdsourcing communities: exploring the link to creativity.** *Research Policy*, v. 44, n. 8, p. 1419-1430, Oct 2015. ISSN 0048-7333. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000359501500002 >.

MERICKOVA, B. M.; NEMEC, J.; SVIDRONOVA, M. **Co-creation in local public services delivery innovation: Slovak Experience.** *Lex Localis-Journal of Local Self-Government*, v. 13, n. 3, p. 521-535, Jul 2015. ISSN 1581-5374. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000358271500011 >.

OSBORNE, Stephen P. From public service-dominant logic to public service logic: are public service organizations capable of co-production and value co-creation? **Public Management Review**, 20:2, 225-231, DOI: 10.1080/14719037.2017.1350461

PAYNE, Adrian F.; STORBACKA, Kaj; FROW, Pennie. Managing the co-creation of value. **Journal of the Academy of Marketing Science**. 36(1):83-96, 2008. DOI: 10.1007/s11747-007-0070-0

PRAHALAD, C.K.; RAMASWAMY, Venkat. 2004. Co-creating unique value with customers. **Strategy & Leadership**, v. 32, issue: 3, p. 4-9. doi.org/10.1108/10878570410699249

SALOMA, C.; MANGASER, L.; HIDALGO, C. Expecting the unexpected: the role of surprise in community-driven development. **Community Development Journal**, v. 52, n. 4, p. 702-719, Oct 2017. ISSN 0010-3802. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000418299000011 >.

TAHERI, M.; VAN GEENHUIZEN, M. Teams' boundary-spanning capacity at university: Performance of technology projects in commercialization. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 111, p. 31-43, Oct 2016. ISSN 0040-1625. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000384861200005 >.

TRENCHER, G. et al. **Beyond the third mission: Exploring the emerging university function of co-creation for sustainability.** *Science and Public Policy*, v. 41, n. 2, p. 151-179, Apr 2014. ISSN 0302-3427. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000339448800002>.

TRISCHLER, J.; SCOTT, D. R. **Designing public services: The usefulness of three service design methods for identifying user experiences.** *Public Management Review*, v. 18, n. 5, p. 718-739, May 2016. ISSN 1471-9037.

VARGO, Stephen L., LUSCH, Robert F. Evolving to a New Dominant Logic for Marketing. **Journal of Marketing**: January 2004, Vol. 68, No. 1, pp. 1-17.

VILJAKAINEN, A.; TOIVONEN, M. The futures of magazine publishing: Servitization and co-creation of customer value. **Futures**, v. 64, p. 19-28, Dec 2014a. ISSN 0016-3287. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000346545200003>.

VON HIPPEL, Eric. **Democratizing innovation**. USA: MIT Press. 2005.

VOORBERG, W. et al. **Does co-creation impact public service delivery?**The importance of state and governance traditions. *Public Money & Management*, v. 37, n. 5, p. 365-372, 2017. ISSN 0954-0962.

VOORBERG, W. H.; BEKKERS, V. J. J. M.; TUMMERS, L. G. 2015. **A systematic review of co-creation and co-production: embarking on the social innovation journey**, *Public Management Review*, 17:9, 1333-1357, DOI: 10.1080/14719037.2014.930505

VRIES, H.; BEKKERS, V.; TUMMERS, L. **Innovation in the public sector: a systematic view and future research agenda**. *Public Administration*. vol. 94, n. 1, 2016 (146–166).